

COLEÇÃO
APROVADOS

Aprenda com quem
tem história para contar



FREDERICO RIOS PAULA

PROCURADORIA GERAL FEDERAL

Guia completo sobre como se preparar para a carreira

2017

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



1

O COMEÇO DOS ESTUDOS

POR QUE OPTOU POR CONCURSO PÚBLICO?

O mercado de trabalho na iniciativa privada, nesse mundo globalizado e altamente competitivo, é muito dinâmico e instável, o que acaba gerando nas pessoas insegurança, medo, estresse etc.

Em contrapartida, as carreiras públicas proporcionam vantagens inimagináveis em relação à iniciativa privada: estabilidade, altos salários, segurança, status etc. São valores que oferecem uma indispensável qualidade de vida!

Com efeito, é inegável e notório o interesse, cada vez mais crescente, das pessoas de todo o Brasil em buscar as carreiras públicas, e comigo não foi diferente.

De pronto, posso dizer: não nasci em “berço de ouro jurídico”! Não há nenhum figurão sócio de escritório de advocacia ou membro das principais carreiras jurídicas na minha família. O meu maior exemplo e incentivadora, nesse ponto, foi a minha mãe, que se graduou em Letras e Direito. Inicialmente, seu “ganha pão” era como professora com duas matrículas, uma na

rede estadual e outra na rede municipal. Posteriormente, como muitos, cresceu nela aquele interesse pelas carreiras públicas. Até mesmo grávida de mim, frequentava cursinhos preparatórios – o que me faz pensar que possa ter sido esse o meu primeiro contado com o mundo dos concursos público.

Minha mãe passou para Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e lá fez carreira até se aposentar recentemente. O meu interesse pelo Direito veio do incentivo dela. Lembro que sempre me dizia para pensar grande e mirar nas principais carreiras jurídicas. Vale citar que, no Natal de 2007, ganhei o manual mais importante da minha jornada de concurseiro: *Como passar em provas e concursos*, de William Douglas, livro que devorei em poucos dias.

Daí em diante, para quem crê, foi a mão de Deus me guiando para o meu primeiro “curso público”, e digo mais, para o primeiro contado com a Advocacia Pública.

No final do 5º período, precocemente, me inscrevi no processo seletivo para o Programa de Estágio da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro – PGE/RJ. Passei entre os últimos e pedi para ser convocado somente no início do 7º período, quando, de fato, estaria apto para o estágio. Justamente por ter ficado na rabeira da lista, consegui preferência para lotação em relação aos primeiros colocados do concurso seguinte que ocorreu nesse meio tempo. Fiquei lotado na famosa Procuradoria de Serviços Públicos, onde tive o privilégio de trabalhar com Procuradores bastante generosos com paciência para ensinar e que me deram liberdade criativa para escrever as peças processuais, dentre eles o Dr. Gustavo Binenbojm, administrativista bastante conhecido no Estado do Rio de Janeiro.

Cheguei mal sabendo peticionar e saí, dois anos depois, tendo feito todo tipo de recurso, em temas de responsabilidade civil, licitações e contratos etc. Aliando à teoria dos estudos por conta própria, aprendi Processo Civil na prática.

Sem dúvida, durante o estágio forense, desenvolvi minha paixão pela Advocacia Pública e estava certo de que um dia seria Procurador. Não importava se federal, estadual ou municipal, mas Advogado Público.

ESTUDOU FOCADO DESDE A FACULDADE OU SÓ DECIDIU ESTUDAR APÓS A CONCLUSÃO DA GRADUAÇÃO?

Eu estudei em universidade pública, na saudosa Universidade Federal Fluminense – UFF, e, por sorte, não enfrentei problemas de greve – entrei ao final de uma e saí pouco antes de começar outra, entre 2006 e 2011.

Porém, não fiquei imune a outros problemas típicos, como, por exemplo, a falta de professores, ou mesmo de comprometimento deles. Poucos foram os que deram alicerce na preparação para concursos públicos. Por outro lado, em algumas disciplinas, tais como Direito Constitucional, Administrativo, Financeiro, reconheço que tive uma base razoável, o que me fez não sair do zero para o estudo posterior.

Convenhamos, o Direito não é um curso dificultoso para se levar até o final. Na minha opinião, com um mínimo de responsabilidade, qualquer estudante é capaz de se tornar bacharel. O proveito de conhecimento da graduação vai depender da forma como o aluno encara esse período. Aqui, faço uma *mea culpa* e assumo que se não absorvi mais conteúdo, durante a graduação, foi por falta de maturidade, o que normalmente não é algo em grandes doses em um garoto com vinte e poucos anos.

Acredito que estudar focado durante a faculdade – sabendo dosar com o divertimento – é a melhor forma de antecipar o tempo de aprovação. Mas, é claro, desde que esse foco seja ajustado para uma lógica mais objetiva de aprender um pouco

de tudo, com algum aprofundamento, não necessariamente voltada para a área acadêmica.

Eu mesmo li poucos livros nos meus cinco anos de graduação. Dentre os quais: Manual de Direito Administrativo de José dos Santos Carvalho Filho; Curso de Direito Financeiro e Tributário de Ricardo Lobo Torres; Curso de Direito Penal – Parte Geral de Rogério Greco; Curso de Direito Processual Civil – Volume 1 de Fredie Didier e outros; Curso de Direito Civil – Parte Geral de Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald; e alguns capítulos de Direito Constitucional Esquematizado de Pedro Lenza e Direito Civil – Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie de Flávio Tartuce.

Seguindo o sábio conselho de uma tia, não deixei que a faculdade atrapalhasse os meus estudos e corri atrás de complemento para o meu aprendizado na graduação. Fiz dois cursos regulares (semestrais) aos sábados, um de direito público, no quinto período, e outro de direito privado, no sexto período. Confesso que forcei a barra, acabei começando cedo. Durante a semana, tinha aula de Teoria Geral do Processo e, no sábado, no curso, o professor vinha frenético com Processo Penal. Mesmo assim, na marra, fui tendo **contato** com alguns temas das mais diversas disciplinas. E mais, considerando que alguns professores eram concursados e/ou tinham um talento motivacional enorme, ali fui apresentado ao mundo dos concursos **públicos** e tomei as minhas primeiras doses da ideologia do concurseiro, resumida pela máxima: “estudar até passar!”. Por sua vez, no sétimo e no nono períodos, fiz, respectivamente, curso modular de Direito Administrativo, com o professor Guilherme Peña de Moraes, e de Direito Constitucional, com o professor João Mendes. Aprofundei bastante nas principais disciplinas de qualquer concurso público.

Ao final do estágio, comecei a traçar a minha estratégia de concurseiro, e ajustar o foco da minha vida. A primeira de-

cisão foi importante no início dessa caminhada. A ordem lógica dos meus colegas de faculdade era fazer o Exame da Ordem no nono ou décimo período e, em seguida, dedicar-se a monografia. Decidi inverter a ordem, dando o pontapé inicial no último período para me tornar advogado e, assim, em seguida, buscar o “público”, metendo a cara nos concursos propriamente ditos. Escolhi Direito Administrativo para o Exame da Ordem, o que não foi à toa. Na minha visão, gastaria alguns meses estudando uma disciplina e teria que ser justamente uma das mais importantes para a Advocacia Pública. Á época, tive a minha primeira experiência com curso *online*, fiz o “Projeto UTI 60 horas” do Complexo de Ensino Renato Saraiva – CERS, bem como o curso específico para a segunda fase com o professor Matheus Carvalho, que, por acaso, é Procurador da Fazenda Nacional.

Na reta final dessa preparação surgiu um novo desafio: o Programa de Residência Jurídica da PGE/RJ. Esse Programa abrange atividades de ensino, pesquisa e extensão, tendo como objetivo proporcionar a bacharéis em Direito o conhecimento da Advocacia Pública. Os residentes participam de aulas e palestras promovidas pela Escola Superior de Advocacia Pública – ESAP e recebem orientações teóricas e práticas enquanto executam atividades de apoio aos Procuradores do Estado, tais como: pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência, preparação de minutas de ofícios, relatórios, boletins e outras peças.

Oportunidade de ouro para o meu planejamento. Primeiro, porque o processo seletivo consiste em prova discursiva sobre as disciplinas de Direito Constitucional, Direito Administrativo e Direito Processual Civil. Segundo, porque seria uma extensão do meu estágio por mais dois anos, com a mesma carga horária semanal de 20 horas e, ainda, a bolsa-auxílio mensal de R\$ 1.500,00, o que me manteria até passar em um concurso de grande porte. O meu objetivo era não ter que fazer concurso para as chamadas “carreiras-trampolim”, normalmente as de técnico ou analista, e focar única e exclusivamente nas carrei-

ras da Advocacia Pública. Após provação no Exame da Ordem, deixei um pouco de lado Direito Administrativo, e passei a me dedicar a Constitucional e Processual Civil.

Concomitantemente, no início do ano de 2011, matriculei-me no Curso Ênfase (“Curso Federal Full”), de olho nos boatos sobre os concursos para as carreiras da Advocacia-Geral da União – AGU.

Para a minha alegria e glória à Deus, fui aprovado no tão desejado Programa de Residência Jurídica da PGE/RJ. Fui convocado em março de 2012 para trabalhar na Procuradoria Regional em Niterói, com o Procurador incumbido do acervo trabalhista. Mais uma vez, tive a sorte de ter um chefe generoso e pude desenvolver meu trabalho elaborando, dentre outros, modelos de peças de defesa do Estado do Rio de Janeiro em demandas de responsabilização subsidiária em caso de terceirização de mão de obra. Tema esse objeto de diversas questões em concurso da Advocacia Pública. O Dr. Luiz Fernando Rodrigues dos Santos merece todo o meu agradecimento, além do incentivo diário para que eu buscasse o meu voo solo, sempre me liberava para estudar para as provas de concurso público que se avizinhassem.

Portanto, posso dizer que “estudei para o gasto” durante a faculdade, correndo atrás por fora com cursos complementares mais didáticos e voltados para concursos públicos. Decidi focar efetivamente ao final da graduação, quando assumi minha condição de concurseiro.

SEGUIA UM CRONOGRAMA? MANTEVE O MESMO OU FOI ALTERANDO?

A palavra chave do estudo para concurso é **objetividade**.

A primeira etapa é escolher um curso preparatório regular e ter disciplina para assistir a todas as aulas, e não somente

as do seu interesse. O curso vai dar a base e o direcionamento legal, doutrinário e jurisprudencial necessários, sem os quais levar-se-ia muito tempo para alcançar lendo diversos livros.

Em 2011, o curso escolhido, já na condição de concursário, voltado para as carreiras da Advocacia-Geral da União – AGU, era presencial e de caráter mais geral, pois a maioria dos professores abordava os principais temas do edital, aqueles que tinham maior incidência em relação as provas anteriores. O curso fornecia resumo de cada aula, elaborado por monitores, o que facilitava a revisão. Alguns concursários têm o hábito de gravar a aula e transcrever, o que acaba levando um tempo enorme com pouco proveito prático de informações, em razão da linguagem oralizada. Por isso, de pronto, descartei essa metodologia.

Ao longo do ano de 2012, fiquei sem fazer nenhum curso específico, e passei a estudar por conta própria, organizando o material que eu já tinha e montando os meus próprios resumos esquematizados.

Acordava bem cedo e procurava ocupar a minha manhã com o trabalho no Programa de Residência Jurídica, de modo a deixar a tarde e a noite livres para estudar. Nessa época, estudava em biblioteca, a da própria PGE/RJ ou a do TJ/RJ.

No início do ano de 2013, após alguns resultados negativos, percebi que continuar estudando sozinho não seria proveitoso. Nesse ponto, ressalto como fundamental a autocritica para buscar o rumo da aprovação. É de suma importância avaliar o que não está certo e o que podemos mudar para melhorar em eficiência na absorção de conteúdo e no desempenho nas provas.

Sabendo que o concurso para o cargo de Procurador Federal seria o próximo dentre as carreiras da AGU, resolvi reformular radicalmente meu cronograma de estudo e procurar um curso específico. Descobri e optei pela Escola Brasileira de

Ensino Jurídico pela Internet – EBEJI, curso com plataforma *online*¹. Então, passei a estudar menos em biblioteca e mais em casa. Assistia às aulas e montava resumos bem objetivos, aproveitando os que eu já vinha fazendo nos anos anteriores.

Passei a parar de achar que iria me salvar em um conjunto de disciplinas ou temas que mais sabia, porque o que ocorria, na verdade, era que eu estava pecando justamente nas que menos sabia. Precisava mudar minha atitude mental e encarar de frente as minhas deficiências em relação ao conteúdo programático. Precisava “tirar o atraso” e tentar manter um nível razoável em cada matéria, pois não adianta saber muito uma e pouco outra. O importante é a média! Nas matérias que sempre gostei, naturalmente ia bem.

A partir de uma mudança de mentalidade, tracei a minha estratégia de aprovação: elaborei um cronograma priorizando as disciplinas que eu tinha menor conhecimento. Comecei por Direito Penal e Processual Penal, Internacional Público e Privado e assim por diante. Não me limitei aos principais temas, como nos anos anteriores, tentei abordar o Edital² como um todo, de modo que a minha preparação fosse mais homogênea em relação ao conteúdo cobrado na prova.

Aproveitei outras ferramentas do curso disponíveis à época para aprimorar o meu estudo. O Grupo de Estudo tem por objetivo auxiliar os pretendentes à aprovação nos concursos de ingresso das carreiras da AGU, através da organização de rodadas de questões objetivas, questões subjetivas, peças, pareceres e dissertações.

O de questões objetivas simula as dificuldades que o participante enfrentaria em um concurso real, comparando o re-

-
1. Nesse ponto, os cursos *online* que disponibilizam as aulas na *internet*, permitem que o aluno possa assisti-las de acordo com a sua própria rotina.
 2. EDITAL Nº 4 – PGF, de 27 de agosto de 2013 (http://www.cespe.unb.br/concursos/agu_13_procurador/arquivos/ED__4_AGU__PROCURADOR_ABERTURA.PDF)

sultado individual com o dos futuros concorrentes e fornecendo elementos objetivos para orientar o estudo. São 50 (cinquenta) itens estilo Correto ou Errado, por semana, distribuídos entre 16 (dezesesseis) disciplinas: Direito Administrativo, Constitucional, Econômico/Financeiro, Tributário, Legislação sobre Ensino, Legislação sobre a Seguridade Social, Agrário, Ambiental, Civil, Empresarial, Trabalho e Processual do Trabalho, Internacional Público e Privado, Penal e Processual Penal e Processual Civil. O resultado é composto do gabarito utilizado na correção, estatísticas de acerto, justificativas para todas as questões da rodada e a indicação se o participante teria atingido os perfis de aprovação nas provas objetivas dos últimos concursos para as carreiras da AGU. Isso fazia com que eu me familiarizasse cada vez mais com o estilo das questões da Banca CESPE.

Já o de questões subjetivas, por sua vez, destaca-se como um método eficiente na preparação para provas discursivas, constituindo-se de um grupo de estudos sob mediação de membros da Advocacia-Geral da União. São 4 (quatro) enunciados por semana: 3 questões discursivas e 1 (um) parecer, peça ou dissertação, alternadamente. As melhores respostas enviadas pelos participantes são selecionadas para compor a ata da rodada. Os pareceres e peças são corrigidos individualmente, mediante espelho elaborado pelos mediadores. Isso desenvolvia minha capacidade de raciocínio e rapidez na organização dos fundamentos jurídicos, contribuindo para que eu estruturasse melhor as respostas.

Os Blogs dos Cursos preparatórios também são importante fonte de informação para aprender temas específicos tratados por professores membros das principais carreiras jurídicas.

Outro fiel aliado nessa preparação foi o site Dizer o Direito³, objeto de consulta frequente de jurisprudência comentada,

3. <http://www.dizerodireito.com.br/>

informativo esquematizado do STF e do STJ, novidades legislativas e esquemas de aula.

O cronograma tinha, ainda, como base a revisão periódica do conteúdo estudado. O estudo sem revisão não serve para concurso público, porque senão se perde na memória. A cada nova informação, revisava as antigas para fixar o conhecimento. A cada nova leitura, aperfeiçoava meus resumos⁴ e acrescentava e sistematizava as informações, marcando novos grifos. Com o tempo de leitura do meu próprio material, passei a ter grifos, depois, grifos dos grifos, e aquele conteúdo ficava fotografado na minha memória, ao ponto de, no dia da prova, saber exatamente aonde estava determinada informação no meu caderno/resumo, o que acabava me ajudando a lembrar. Era a minha memória visual trabalhando ao meu favor.

COMO ERA O SEU RITMO DE ESTUDO?

O ritmo de estudo é algo muito particular. Alguns me perguntam quantas horas por dia eu estudava. A pergunta tem um caráter comparativo. A pessoa quer medir a sua própria capacidade diária de estudo com base no que o outro consegue cumprir. Ora, se um não compartilha o meio onde o outro vive, os mesmos problemas e aflições, não faz sentido, pelo menos para mim, essa comparação.

Um amigo aprovado disse-me que somente conseguiu estabelecer um estudo proveitoso quando começou a se forçar a estudar 8 (oito) horas líquidas por dia, isto é, sem contar o horário das refeições e os intervalos de descanso para fins diversos. Claro que isso não começou de uma hora para outra, ele

4. Eu costumava fazer resumos com tabelas e simplificando a “letra da lei” em arquivos no computador, fundamental para poder fazer revisões periódicas.